

Nada mais que a verdade: *fake news*, ficção e a ontologia política do gozo

Marcus Vinicius de Souza Nunes

Resumo: as *fake news* são um dos mais interessantes fenômenos dos últimos anos. Não porque tenham inventado a noção de mentira para efeito político. A nossa pesquisa tenta mostrar o contrário, isto é, que as *fake news* são um acontecimento de uma verdade discursiva. Articulando o saber da psicanálise com a ontologia política de Giorgio Agamben, mostramos que a recuperação do mito fundador da própria psicanálise e da função de gozo de seu método, como apresentada por Jacques Lacan, pode lançar nova luz sobre esses complexos fenômenos, sem a necessidade de usar conceitos como pós-verdade, que não dão conta da complexidade do acontecimento narrativo em questão.

Palavras-chave: Psicanálise. Ontologia. Política. Fake news. Subjetividade.

Abstract: fake news is one of the most interesting phenomena of recent years. Not because they invented the notion of lying for political effect. Our paper intends to show the opposite, that is, that fake news is an event of a discursive truth. Articulating the knowledge of psychoanalysis with the political ontology of Giorgio Agamben, we show that the recovery of the founding myth of psychoanalysis itself and the function of enjoyment of its method, as presented by Jacques Lacan, can shed new light on these complex phenomena, without the need to use concepts such as post-truth, which do not account for the complexity of the narrative event in question.

Keywords: Psychoanalysis. Ontology. Politics. Fake news. Subjectivity.

Résumé: les *fake news* sont l'un des phénomènes les plus intéressants de ces dernières années. Non pas parce qu'ils ont inventé la notion de mensonge à des fins politiques. Notre recherche tente de montrer le contraire, c'est//à-dire que les *fake news* sont un événement d'une vérité discursive. En reliant le savoir de la psychanalyse à l'ontologie politique de Giorgio Agamben, nous montrons que la récupération du mythe fondateur de la psychanalyse elle-même et de la fonction de jouissance de sa méthode, telle que présentée par Jacques Lacan, peut apporter une nouvelle lumière sur ces phénomènes complexes, sans la nécessité d'utiliser des concepts comme le post-vérité, qui ne rendent pas compte de la complexité de l'événement narratif en question.

Mots-clés: Psychanalyse. Ontologie. Politique. Fake news. Subjectivité.

Introdução

O crescente fenômeno da desvalorização das ciências em favor da construção de teorias conspiratórias cada vez mais delirantes é assustador. Fenômeno complexo, sem dúvida, que se assenta sobre diversos outros fatores: interesses econômicos, políticos, religiosos, sectários de todo tipo. O risco dessas apostas é alto, colocando milhares, mesmo milhões de vida em risco, já que os mínimos cuidados de saúde (como as vacinas), e os cuidados emergentes (como as máscaras, ou a higiene básica) são colocados, absurdamente, sobre suspeita.

Esse tema, devido à sua complexidade, deve ser interrogado sob várias perspectivas. As relações entre os interesses já mencionados e os atores que são sujeitos desses interesses precisam de uma abordagem transdisciplinar, desde a perspectiva da sociologia política e sociologia da ciência, da antropologia cultural e da psicologia social, entre outras ciências, para descrever o que e como está ocorrendo sob a superfície desses fenômenos.

Em nossa pesquisa, que perpassa os campos da educação, da psicanálise, da filosofia, da ontologia política e da ética, temos nos perguntado pelos processos de subjetivação enquanto perpassados por forças psicopolíticas de sujeição e de libertação. No presente artigo, nos perguntamos pelo fenômeno das *fake news* como uma narrativa constituinte da subjetividade. Afirmar que um sujeito se constitui, se perfaz enquanto enuncia uma *fake news* passa longe de fazer uma valoração moral positiva ou negativa de uma notícia falsa ou de uma teoria conspiratória em si. O que de fato queremos elucidar é como no discurso político perpassado pelo fenômeno narrativo das *fake news* vem à tona uma verdade sobre o *Real*: o seu caráter ficcional.

Na primeira e segunda parte deste trabalho, analisando o mito fundante da psicanálise em uma perspectiva lacaniana e pós-lacaniana queremos esclarecer alguns conceitos elementares para tratar de nosso tema: o *Real*, o sonho, a narrativa, o discurso, o saber e o não-saber, a verdade. A psicanálise tem um *épos*, uma característica discursiva própria que, segundo Lacan, revela o saber da sua impotência, revela o seu não saber. Narrativa ficcional, em tal caso, não é um discurso mentiroso, mas a capacidade de inventar um sentido sempre frustrado, porque em choque com o *Real* que é sempre impossível.

A articulação entre narrativa, discurso e gozo é o núcleo duro para compreendermos os fenômenos por nós abordados. Por isso, com a ajuda da antropologia de Sérgio Buarque de Holanda, da filosofia da psicanálise de Herbert Marcuse e da análise de Contardo Calligaris, tentamos um olhar estranhante e estranhado para o Brasil. Ressaltamos aí o quanto nossas relações sociais são perpassadas por um gozo culpado e o quanto essa culpa se reflete no medo. Apresentamos ainda alguns paradigmas de processos de subjetivação na civilização brasileira e o imperativo do *quero gozar!* que desempenha a estranha função de lei do gozo, ou de uma lei que compele a gozar.

Articulando o estranhamento da civilização brasileira com a ideia do discurso psicanalítico como função de gozo, na quarta parte e na conclusão tentamos ler o fenômeno das *fake news* como um *saber* que revela uma *verdade* do processo de subjetivação, a saber, que o sujeito se engendra na própria ficção que produz. Essa leitura se complementa na ideia de uma ontologia política tal como pensada por Giorgio Agamben. Esta não é a simples

descrição de objetos em um determinado domínio, mas um saber arqueológico que é capaz de gerar novos entes políticos. A partir de uma intersecção possível entre Lacan e Agamben queremos evidenciar a possibilidade da enunciação de um discurso que produz *desenlace* a partir dos laços, um discurso *inoperante* e que torna inoperante os espaços que pervade. Talvez, ainda segundo Lacan, a maior contribuição que psicanálise, e nós acrescentamos e que a ontologia política, podem oferecer.

O mito fundante

Em toda *instituição* vige, tematizado ou não, um mito originário. Mito não é um conto religioso, ou uma mentira inocente que usamos para explicar algo a alguma criança. De um ponto de vista metapsicológico é um universal, que articula o fantasma do sujeito, até os limites da neurose, com uma imagem grupal, de identidade, de pertença: “um universal que, não só individual nem só grupal ou coletivo, assegura as inclusões mútuas e recíprocas do sujeito e do grupo” (NICOLLE, 2011, p. 40). A narrativa mítica que funda, por sua vez, não é fundada, tampouco faz parte da instituição por ela gerada. É, nesse sentido, *arché*, um princípio foracluído, mas agente.

A *psicanálise* enquanto narrativa, não poderia ser diferente. O que *funda* o discurso psicanalítico? Qual a narrativa de suas origens? Sem dúvida que devemos buscá-la nos escritos de Freud, em especial no *Traumdeutung*. *A interpretação dos Sonhos* (1996) é o texto *inaugurador* de uma *instituição*, a saber, o método psicanalítico e os analistas em formação, formados e exercendo essa prática.

Traumdeutung inaugura o paradigma da *interpretação* nas ciências do psíquico que se iam organizando no final do século XIX. Embora seja Lacan quem manifestamente tratou a ideia do Inconsciente como *linguagem* (e não língua), Freud chegou às raias dessa afirmação, pois encontra no sonho uma linguagem a ser decifrada, um código, uma produção metafórica e metonímica que o mecanismo do sonho opera.

A ideia geral do *Traumdeutung* é que o sonho não era absurdo sem sentido, como alguns neurologistas à época supunham, tampouco um oráculo de algum deus. A conclusão de Freud é que o sonho é a realização de um desejo que tem sempre determinante sexuais. Um sonho tem em sua origem a Libido, isto é, uma catexia, um “direcionamento” de energia psíquica originado da frustração da realização de um desejo na vida de vigília. Esta frustração permaneceu inconsciente e, por meio do trabalho do sonho, retorna em nova roupagem, o conteúdo manifesto, uma linguagem que revela e encobre o conteúdo latente, o não sabido. Eis o mito de origem, o discurso que funda os discursos, a incondicionalidade da psicanálise.

É Slavoj Žižek, no artigo *A fuga para o Real* (2001), quem nos faz um interessante alerta: acontece que o sonho paradigmático do nascimento da psicanálise narrado no *Traumdeutung*, foge dessa definição. Em linhas gerais, o sonho da “injeção de Irma” se desenrola assim: Freud sonha com sua paciente que tinha um mal na garganta. No sonho, Freud vê uma horrível crosta na garganta de Irma, que seria o resultado de uma infecção. O sonho sugere que a responsabilidade por essa infecção seria do próprio Freud, que teria conduzido mal o tratamento. Em seguida, três colegas médicos aparecem para dar sugestões de tratamento. Freud descobre que o problema seria devido a uma injeção que um colega havia aplicado em Irma. Freud *resolve* a situação.

Žižek (2001) chama atenção para algo que muitas vezes passou despercebido: “O desejo no sonho que Freud escolheu para demonstrar sua teoria dos sonhos não é nem sexual nem inconsciente e nem sequer é um desejo de Freud”. Talvez pudéssemos aventar que o desejo ali é o de comprovar o discurso psicanalítico, mas não seria propriamente inconsciente.

De fato, a situação que serve de material do sonho torna tudo mais complicado ainda. Irma não havia sido paciente apenas de Freud. Ele chamou seu amigo Fliess para que o ajudasse no tratamento. Após a intervenção de Fliess, que realizou uma cirurgia na paciente, esta piorou muito. A intervenção do melhor amigo, um companheiro de profissão, piora a situação, não só para a paciente, mas para Freud, que ainda tentava firmar-se como um médico respeitável em Viena. Ademais, poderia ser uma mancha e tanto no currículo de Fliess, e Freud não poderia admitir causar esse dano ao amigo. O sonho da “injeção de Irma”, realiza um desejo que não é de Freud, mas um desejo de outro, fórmula que é a adotada por Lacan para definir todo desejo.

“O sonho é a realização de um desejo” sem dúvida, mas não do sonhador que desperto olha para si mesmo como uma unidade inquebrantável de vontade e inteligência e diz: “o que é que eu mesmo quero?” Não há um eu mesmo interrogante no sonho. O sujeito do sonho é um sujeito outro que o sujeito “da vigília”.

A epopeia da psicanálise

Ora, o sonho que funda mostra que o princípio incondicionado da psicanálise está além do sonho mesmo do sonhador. O “discurso” do sonho, a verdade que nele se manifesta, indica um conflito entre o que conscientemente sabemos, ou afirmamos saber, com tudo aquilo que ignoramos de nós mesmos. Por tal, Lacan define a diferença entre verdade e saber como crucial em psicanálise.

L'ambiguïté de la révélation hystérique du passé ne tient pas tant à la vacillation de son contenu entre l'imaginaire et le réel, car il se situe dans l'un et dans l'autre. Ce n'est pas non plus qu'elle soit mensongère. C'est qu'elle nous présente la naissance de la vérité dans la parole, et que par là nous nous heurtons à la réalité de ce qui n'est ni vrai, ni faux. Du moins est-ce là le plus troublant de son problème. Car la vérité de cette révélation, c'est la parole présente qui en témoigne dans la réalité actuelle et qui la fonde au nom de cette réalité. (LACAN, 1966, p. 246)

O *épos* analítico, a epopeia que a psicanálise narra, é a história de um conflito originante entre dois sujeitos de dois discursos diferentes. Um que *diz eu*, “eu ajo”, “eu sei”, que se pretende autoconsciente e senhor de si, e um *eu* não sabido que *emerge* na linguagem, ou melhor, que é arrancado à força pelo *trabalho* psicanalítico. O eu que a psicanálise *descobre* é na realidade um outro.

Essa verdade não dita que emerge no sonho, no ato falho, no chiste, no sintoma neurótico, entretanto, não é igual ao *saber* que o psicanalista produz. O saber do analista presume a paixão da ignorância que não lhe é oposta. Ao contrário, é a condição mesma desse saber. O reconhecimento da ignorância inerente ao seu saber, que o analista faz no confronto dessa verdade que emerge, é *locus* do *épos* analítico.

Por isso a ferrenha crítica a um culto do *não-saber*, oriundo de certa interpretação da obra de Georges Bataille. Em “Saber, ignorância, verdade e gozo” (2011), conferência dada em 4 de dezembro de 1971 na Capela do Hospital Sainte-Anne em Paris, Lacan (2011, p. 17) afirma que o fato de ele mesmo “ter posto a psicanálise na fronteira sensível entre a verdade e o saber” foi o que bastou para que infiltrassem na psicanálise a bandeira do “não-saber” por meio de um falso raciocínio: se a verdade é o que não sabemos o não-saber é a verdade.

Essas confusões se prestam a todo tipo de distorção do discurso psicanalítico. A psicanálise se baseia na “primazia do saber” (Lacan, 2011, p. 20), manifesta sobretudo no fato que “o saber não sabido de que se trata na psicanálise é um saber que efetivamente se articula, que é estruturado como uma linguagem” (LACAN, 2011, p. 23). O Inconsciente não é um saber de ordem natural. É necessário um trabalho de linguagem que mostra o Inconsciente, e que valha a contradição.

Essa linguagem, diz Lacan, não é da ordem do dicionário, não é vocabular, não é uma gramática estruturada legível em um discurso articulado. Essa linguagem inere a constituição narrativa e ficcional do Real. Lembra-nos Zizek, todavia, que não podemos confundir o Real, uma estrutura impossível, impensável, irruptiva, com a realidade comezinha do dia a dia. Por isso fugimos para o Real, fugimos para uma construção ficcional impossível, antes que tenhamos de nos confrontar com a realidade da nossa impotência.

Esse processo que psicanálise instaura entre o saber e a verdade é a destruição da imagem autossuficiente do eu das filosofias da subjetividade, do eu que sabe que sabe. O eu

que a psicanálise faz vir à tona é um eu descentrado, que não é ele mesmo senhor do discurso, mas que é articulado como função da fala.

Isto coloca o não saber da psicanálise, esse ainda não, em uma posição privilegiada? Não seria por isso que ela provoca tantas *resistências*? Algo de novo irrompe no discurso psicanalítico? Freud, que segundo Lacan mascarou o que de fato está em jogo na resistência, a saber, “uma certa função de saber” (LACAN, 2011, p. 20), não hesitou em colocar o método que havia desenvolvido entre as grandes *humilhações antropológicas* geradas na ciência.

Em *Uma dificuldade no caminho da psicanálise*, texto de 1917, publicado no volume XVII das *Obras Completas*, Freud acena para o fato de o saber produzido nos últimos séculos ter descentrado o homem de sua função de poder no cosmos. A primeira humilhação seria cosmológica, a afirmação do heliocentrismo copernicano. O homem já não era o centro da criação, mas um mero habitante de um planeta entre tantos outros. A segunda humilhação seria a biológica, originada da teoria evolutiva de Darwin. O ser humano deixa de ser a coroação de uma criação para ser apenas uma espécie entre outras, resultado do mero acaso evolutivo. Freud coloca a sua psicanálise como a terceira grande humilhação imposta ao humano, a *psicológica*: o eu já não é o sujeito absoluto de sua vida psíquica, mas o produto da vida inconsciente.

Para Lacan, essa hipótese freudiana é pouco sustentável. Ela presume um sujeito articulado que é desarticulado por um saber, quando na verdade não se pode afirmar um poder instituinte antes da linguagem. Se o Real tem uma estrutura ficcional, isto é, se é articulado como linguagem, nos saberes que Freud chama humilhações se articulam *narrativas*, que do ponto de vista de construção da subjetividade não são nem menos nem mais estruturantes que as narrativas anteriormente produzidas.

É admirável, entretanto, o fato de Freud ter se aproximado tanto dessa compreensão do Real como narrativa ficcional mas não tê-la articulado explicitamente. No início do texto já citado, Freud diz que a resistência em se reconhecer a psicanálise se enraíza em dificuldades afetivas que ao final coincidem com dificuldades intelectuais, já que “onde falta a simpatia a compreensão não virá facilmente” (FREUD, 1996, p. 145). Contudo, no mesmo texto não consegue perceber que as ditas humilhações são, psiquicamente, produções discursivas tais quais as resistências que lhe são impostas.

Segundo Lacan, uma das limitações que impediram Freud de fazer essa passagem para o discurso, embora tenha ido mais além do princípio do prazer, foi por não conseguir superar a categoria da *pulsão* de morte. A libido, esse resíduo opaco que aparece no discurso

como a coisa não articulável, se realiza na *instância do gozo*. Toda libido é frustração. Toda pulsão, toda tentativa de gozo é a recusa dessa frustração, recusa desde sempre destinada a ser ela também frustrada.

O princípio do prazer se instancia na supressão das tensões, supressão última que se realiza no perfeito equilíbrio da morte. Mas o gozo é justamente o oposto da supressão das tensões. O gozo é a tensão levada ao paroxismo. Se a vida meramente animal encontra prazer na satisfação das necessidades, por outro lado

A dimensão pela qual o ser falante se distingue do animal é, certamente, o existir nele essa hiância pela qual ele se perderia, pela qual lhe seria permitido operar sobre o corpo ou os corpos, o seu ou os de seus semelhantes, ou os dos animais que o cercam, para fazer surgir, em benefício deles ou do próprio, aquilo que é propriamente chamado de gozo. (LACAN, 2011, p. 29).

A frustração da libido, o resto discursivo que não se deixa articular, essa língua que não é da ordem do dicionário, essa linguagem que pervade aquilo que o eu não sabe de si mesmo, quer gozar com o corpo do outro, um corpo que nunca é plenamente *meu*, porque esse gozo é impossível, inalcançável. O investimento da libido nos seus objetos de gozo é uma aventura sempre malfadada, porque o objeto sempre lhe escapa. É porque sou corpo que posso querer gozar esse gozo impossível, não de maneira inocente, despreocupada, mas consumido pela falta, transtornado pela angústia, “porque a dimensão do gozo, para o corpo, é a dimensão de descida para a morte” (LACAN, 2011, p. 28).

Quero gozar!

Contardo Calligaris em *Hello, Brasil! e outros ensaios, Psicanálise da estranha civilização brasileira* (2017), como o título mesmo alude, nos convida a compartilhar seu olhar *estranho, estrangeiro*. Como estrangeiro, como aquele que não partilha da mesma gramática naturalizada pelo automatismo do cotidiano, é que podemos ouvir e nos espantar. Calligaris destaca muitas características da cultura brasileira que nos *espantam*. Aqui sublinharemos apenas duas.

A primeira é a afirmação constante do *quero gozar!*, que em certa medida herdamos do “caráter” ibérico. O colonizador que veio para o Brasil, à diferença do colono, não veio para estabelecer morada. Ele quer apenas os frutos da terra: o pau-brasil, o ouro das Minas, a cana-de-açúcar, o café, o petróleo, os seios das índias, os escravos aqui nascidos. Isso fica evidente, segundo Calligaris, no comportamento das elites brasileiras, que se consideram sempre parte de outro lugar, antes a metrópole lusitana, depois a França, a Inglaterra, hoje a Flórida. É como se o brasileiro estivesse sempre *de paso*. Aqui está para essa tarefa do gozo

impossível. A semiótica do gozo se manifesta na nossa música, nas nossas relações de trabalho, na nossa arquitetura.

O motel brasileiro se anuncia de longe, com cartazes e néons, com oferta de almoço executivo, teto solar e cadeira erótica. [...] oferecem uma estada no mundo do gozo, uma visita à Disneylândia da transa amorosa. Em poucas palavras: a questão do motel não parece ser a oportunidade de uma transa legítima, ou de uma excursão prostibular; trata-se de vender a ilusão de um lugar onde haveria uma boa razão de estar. (CALLIGARIS, 2017, p. 74).

A semiótica do motel não indica um lugar para se ter um orgasmo. O motel é a promessa da possibilidade do gozo impossível. Naquele lugar, por um instante, o eu retoma as rédeas da narrativa que lhe foi vendida. Sérgio Buarque de Holanda em *Visão do Paraíso* (2010) faz a história da construção das narrativas mítico-teológicas que foram o cerne da propaganda sobre o Brasil desde o primeiro período colonial: o novo Éden, a terra prometida, o paraíso perdido. Éden é o lugar onde palavra e coisa coincidem, onde ainda dizer é fazer e onde, a rigor, não há gozo, pois instinto e satisfação coincidem. O pecado se instala não onde há o sexo, mas onde a possibilidade de Eva dizer não a Adão. O não de Eva faz Adão desejá-la. O *quero gozar!*, articulado como uma volta ao paraíso impossível onde, paradoxalmente, não há gozo.

Outra característica que Calligaris apresenta e evocamos aqui é a violência sobre o corpo. Essa violência já está implícita no próprio uso das coisas que o sujeito que quer gozar faz. A relação do colonizador com a *Terra Brasilis* é destrutiva: usa, leva, arranca, tira, rouba. Temos, entretanto, outro fator determinante a considerar. A escravidão, primeiro dos indígenas, depois dos negros, configurou a cultura brasileira em torno do mito da disposição corporal. O corpo do escravo *está aí*, à disposição do seu senhor. O corpo da escrava *está aí*, para gozar e, eventualmente, produzir um ou outro bastardo. Só que essa violência é uma violência culpada, uma culpa que emerge não da consciência ética, mas do medo. O escravo pode revoltar-se, pode matar, pode vingar-se do seu senhor.

Se o gozo ao qual temos acesso é herdeiro do gozo sonhado pelo colonizador, é difícil esquecer que ele se sustenta em uma exploração sem limite do outro. A culpabilidade se expressa na necessidade de temer: se gozamos, o nosso medo - por estarmos expostos à vingança direta do explorado - nos desculpa. (CALLIGARIS, 2017, p. 123).

A culpa do gozo é expiada nas medidas higiênicas e de segurança. O escravo violentado retorna agora nos sujeitos favelizados, que buscam espaço na cidade, que “invadem” os shoppings, que “roubam” os lugares das classes médias nas universidades, que “ocupam” os espaços antes reservados para o gozo do senhor. Os recentes acontecimentos políticos do Brasil nos fazem suspeitar que esse “retorno do recalcado” de maneira alguma

tem um caráter libertador e democrático como uma visão política progressista e liberacionista deseja crer. É antes um grito de *eu também quero gozar!*

Somos então uma sociedade governada pelo gozo culpado? Herbert Marcuse teve uma interessante intuição em *Eros e Civilização, uma interpretação filosófica do pensamento de Freud* (1975). Se Freud afirma em *O mal-estar na civilização* que a cultura se funda sobre a repressão, Marcuse, sem desconsiderar o papel dos sujeitos repressivos, fala de uma sociedade fundada no gozo. Doses administradas de gozo, onde um sujeito capitalista transpessoal produz subjetividades cada vez mais homogêneas entre si, seriam a garantia de congruência social. Entretanto, Marcuse tende a identificar gozo com prazer, o que para o *estranho caso da civilização brasileira*, pode ser muito limitado¹.

Para Lacan, o resultado da interpretação psicanalítica é gozo. O resultado de toda interpretação também é gozo? Se toda narrativa que o sujeito articula visa a elaborar a frustração da libido, se a libido já é o que resulta da impossibilidade de sentido, todo *discurso é gozo*, ou tentativa de gozo, o que no fim dá no mesmo, já que *no fim* só há falta, ausência de sentido: um gozo impossível, um Real impossível.

Fake News e a ontologia política do gozo

Proponho, tendo em vista o que até aqui articulamos, uma mudança na análise que temos feito do fenômeno das *fake news*. Mentira, pós-verdade, são termos que não dão conta da *função de gozo* que esses discursos têm desempenhado. Advirto, todavia, que não se trata de uma defesa da legitimidade ética e política, ou da validade epistêmica desses discursos. O que tratamos aqui é da função *gozosa* de subjetivação das *fake news*.

Que alguém possa *ganhar* algo com uma *fake news*, em especial um ganho político que não é um fim em si mesmo, mas um caminho para ganho econômico, não está em questão. Já há uma CPI instaurada no Congresso Nacional e um inquérito na Suprema Corte. As perguntas que esses processos fazem é quem está por trás dessa “máquina” de *fake news*, quem financia, com que finalidade. Esperamos que tudo seja apurado e se chegue a um bom termo. Mas, e o *ganho psíquico*? E o *ganho de gozo*?

¹ Claro, seria um absurdo reducionista resumir a filosofia da psicanálise de Marcuse nessa equação: Gozo=Prazer. Há, todavia, vários conceitos na sua obra que apontam para isso, entre os quais destacamos os de *consciência feliz*, *dessublimação repressiva*, o *gozo mediado pela máquina*. Todos eles apontam para um uso repressivo do prazer, que, no final, produz auto-alienação do homem na máquina. Em sentido último, essa auto-alienação que é gozosa. Contudo, como nosso foco aqui não é a obra de Marcuse, nos limitamos a afirmar que essa relação é problemática também para nós.

Parece-nos muito simplista atribuir esse fenômeno que se espalha nas mídias, que pervade a política, que se infiltra nas famílias, de mera mentira. Muito menos podemos chamá-lo *ignorância*. Se seguimos Lacan, a ignorância é um evento discursivo ligado à possibilidade do saber. O que se pode perceber de muitas *fake news*, e de muitas *teorias da conspiração* que as engendram, é sua impossível verossimilhança com qualquer fato da vida normal e corriqueira. Para dar um exemplo fora da realidade brasileira, mas que já tem influenciado alguns discursos por aqui, falemos de um caso dos Estados Unidos, a perigosa teoria da conspiração conhecida como *Q-anon*. Seus sequazes têm divulgado várias *fake news* que ligam membros do Partido Democrata, líderes do Partido Comunista Chinês, empresários bilionários e até mesmo o Papa num esquema de pedofilia e sacrifícios humanos. Na sua versão brasileira liga os mesmos sujeitos antes mencionados com membros de vários partidos políticos brasileiros, com governadores e prefeitos, com empresários e meios de comunicação, que têm como fim em comum a dominação global. Tanto nos EUA quanto no Brasil, só o messias enviado por uma versão *redneck* do deus cristão poderia nos salvar, messias que lá e cá é um político não muito confiável, para dizer o mínimo. Lá e cá essas teorias são orquestradas por ideólogos abjetos que beiram a fixação psicótica nos seus discursos. É delirante.

Sim, boa parte das *fake news* são delirantes. E por isso mesmo que podem ser *reais*, porque são impossíveis, justamente como o Real é impossível. Uma *fake news* é o acontecimento perfeito da *verdade*, porque fala aquilo que há de mais verdadeiro na tessitura do Real: que toda processo de subjetivação, a ética, a política, os saberes constituídos, são formas de produção narrativa, são *ficção*. Ficções engendradas por um discurso que nunca é do eu mas sempre do outro, ou no lugar do Outro que é uma ausência. Ninguém tem responsabilidade sobre elas porque, de certo modo, *todos* somos responsáveis sobre elas.

A fala define o lugar daquilo a que chamamos verdade. O que assinalo desde sua entrada, para o uso que pretendo lhe dar, é sua estrutura de ficção, isto é, também de mentira. Na verdade, é o caso de dizer, a verdade só diz a verdade, e não pela metade, em um caso - quando diz "Eu minto". Esse é o único caso em que temos certeza de que ela não está mentindo, porque supostamente o sabe. (LACAN, 2011, p. 25).

Não deveria nos espantar o fato de que as *fake news*, em geral de conteúdo ético, moral e político, venham sempre associadas a uma linguagem *erótica*, ou até mesmo *pornográfica* e *vulgar*. A presença costumeira de palavras vulgares para se referir aos órgãos genitais, uma referência anal constante, uma linguagem violenta, com constantes remissões ao estupro e formas *perversas* de obtenção de prazer: é o tempo inteiro um gozo abjeto,

culpado e inevitável. O ódio associado às *fake news* só repete o fado da nossa estranha civilização, onde o máximo de violência produz o máximo de gozo.

Esse lugar da fala das *fake news* é, sobretudo, o *lugar da verdade*, e nada mais que a verdade. Isto é, uma *fake news* não é um saber e não pode sê-lo, porque não reconhece a sua ignorância. Aliás, o seu não saber só fica explícito para nós, que estamos numa posição de outro nesse discurso. Como afirma Lacan (2011, p. 25) a fala pode muito bem dizer a verdade *sem saber* que a diz.

O não sabido, talvez o *pressentido*, da máquina das *fake news* é a estrutura ficcional do Real. Os seus produtores, não importando aqui a finalidade, descobriram o poder da narrativa. Uma narrativa produz sentido, não importando se o que diz corresponde a um estado de coisas ou não, porque o que uma narrativa faz é produzir sentido. E só é possível produzir sentido porque não há sentido algum antes que a linguagem o engendre. A máquina das *fake news* é política porque cedemos ainda à tentação de querer produzir uma comunidade política com base em um sentido objetivo, em uma essência da liberdade.

O filósofo Giorgio Agamben em *A comunidade que vem* (2013) mostra que a comunidade política do futuro, a comunidade política que ainda pode ser construída e que desarticulária a máquina biopolítica do ocidente, a máquina que cinde a vida, é uma comunidade *sem fundamento*. Isso não significa *sem ética*. Ao contrário, uma comunidade sem determinações ontológicas essencialistas é a possibilidade de uma ética efetiva, uma prática discursiva que reconhece que não há um sentido único para todos os seres humanos.

Há, de fato, algo que o homem é e tem de ser, mas este algo não é uma essência, não é, aliás, propriamente uma coisa: *é o simples fato da própria existência como possibilidade ou potência*. Mas, precisamente por isso, tudo se complica, precisamente por isso que a ética se torna efetiva. (AGAMBEN, 2013, p. 45).

Claro, colocamo-nos aqui em duas perspectivas distintas. De um lado, com Agamben, fazemos uma afirmação de tipo ontológico: o homem é uma coisa por fazer-se, e próprio fato de existir é a sua principal possibilidade, com a qual tem de haver-se. Por outro lado, desde o início, temos caminhado por uma senda metapsicológica e, até certo ponto, semiótica: produzimos narrativas para significar aquilo que não tem sentido, somos atravessados por significantes que em si mesmos não têm sentido e que apenas nos remetem a outros significantes. Por mais que as consequências dessas duas perspectivas possam ser muito diversas elas nos apontam para uma possibilidade de encarar a *verdade das fake news*.

Se a política não tem fundamento, se a estrutura do Real é ficcional, as *fake news* revelam, sem ser um saber, a verdade da política: são narrativas *sem sentido*. A narrativa da extrema direita é tão sem sentido quanto a narrativa da esquerda. Dizer isto não é igualá-las

do ponto de vista das consequências ético-políticas. Ao contrário, é assumir uma responsabilidade ética. A narrativa *fake* só obtém tanto sucesso porque é melhor uma narrativa *desvairada* do que narrativa nenhuma. As *fake news* dizem a verdade fundamental da psique: como é terrível lidar com a falta!

Mas, repetimos, elas não são um *saber*. Desde esta perspectiva podemos compreender porque se associam tão facilmente ao discurso do fundamentalismo religioso e do negacionismo científico. Estes têm em comum o fato que não reconhecem nenhum procedimento de verificação. Ambos colocam o sujeito no lugar de produção de uma verdade que não apenas não precisa do saber como recusa todo esforço de trabalho. São, para recuperarmos a fala de Lacan, um preguiçoso gozo do não-saber, um peremptório *não me importa*.

As tentativas de eliminar, ou reduzir o impacto das *fake news* pela contra-informação, pela argumentação, pelo *esclarecimento* são tão ficcionais quanto as próprias *fake news*. De um lado temos a enunciação de uma verdade que não apenas desconhece como recusa o saber; do outro temos um saber que não encontrou a verdade de si, que, talvez, ainda nem imagine o quanto a ignorância o permeia. Entretanto, vale ressaltar que ambos os lados *gozam*.

Retomando as metáforas apresentadas por Calligaris (2017) o gozo das *fake news* é o gozo do colonizador, que violenta o corpo escravo, que agride, que excomunga, que rouba, que furta, que arranca e que cria uma bela ficção de retorno ao paraíso perdido para amenizar sua culpa, ou melhor, para amenizar seu medo culpado, pois teme que o escravizado possa se revoltar. O gozo do saber, dos *esclarecidos-esclarecedores* é o gozo do *colono*. Ao contrário do colonizador, o colono não vem para explorar e voltar para casa, não vem para gozar sem freios, mas vem para assentar-se, para construir aqui outro lar. Seu método não é o saque, a pilhagem, a escravização, mas o trabalho. O colono goza quando termina de trabalhar, quando finaliza a colheita, quando enche o silo.

Conclusão

É possível sair desse *loop*, desse retorno repetido ao gozo? Em outras palavras, posso não querer gozar? Esta pergunta é, ao menos, possível? O que sim nos parece possível é descobrir o sem sentido da política, reconhecer o quanto sua narrativa é ficcional, e perceber que longe de isso ser algo *ruim* é a possibilidade de uma *ética*, de uma prática discursiva livre. *Como* isso seria possível?

De Agamben e Lacan podemos tirar respostas parecidas. Toda *ontologia política* de Agamben é a tentativa de superar os binômios da metafísica ocidental: ato/potência, matéria/forma, vida nua/vida política. Essas máquinas bipolares não se resolvem por si mesmas, isto é, não são dialéticas, sua contradição interna não leva a lugar algum. Precisam ser *desacionadas* desde dentro, precisam ser tornadas *inoperantes*. A ontologia que vem é uma ontologia da potência de não, uma ontologia da recusa, do inoperar, um discurso que desarticula. Esse discurso se opera no *pensamento*, que para Agamben não é uma atividade solitária. Pensar exige que participemos de uma *comunidade de pensamento* que está para além das agendas progressistas, porque não parte daquilo que sabemos e com o que podemos colaborar, mas justamente daquilo que não sabemos.

Para Lacan, a psicanálise só tem uma “tarefa”: é tornar-se um saber do não sabido, um saber que reconhece a impotência que caracteriza aquilo que somos. Por isso reconhece um mérito no Iluminismo, pois os filósofos desse período queriam um saber que não estivesse vinculado a nenhum poder. Mas é possível um saber que não seja um *laço*? Há um discurso que não nos liga? Como seria possível um *desenlace*, uma ética dos discursos, se antes não fôssemos constituídos por esse mesmo discurso? Talvez a única possibilidade seja um discurso do não poder: “numa certa perspectiva, que não qualificarei de progressista, um saber que não pode fazer nada, o saber da impotência, é esse que o psicanalista poderia veicular” (LACAN, 2011, p. 38).

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **A comunidade que vem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Visão do Paraíso**. Motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CALLIGARIS, Contardo. **Hello, Brasil! e outros ensaios**. Psicanálise da estranha civilização brasileira. São Paulo: Três estrelas, 2017.
- FREUD, Sigmund. Uma dificuldade no caminho da psicanálise. In: **Uma neurose infantil e outros trabalhos (1917-1918)**. Obras psicológicas completas de Freud. Vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1996. pp. 141-152.
- LACAN, Jacques. Saber, verdade, ignorância e gozo. In: **Estou falando com as paredes**. Conversas na Capela de Sainte-Anne. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. pp. 9-38.
- LACAN, Jacques. Fonction et champ de la parole et du langage. In: **Écrits**. Paris: Seuil, 1966. pp. 237-322.
- MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**. Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

NICOLLE, Olivier. A instituição. Temporalidade e mítica. In: NICOLLE, Olivier; KAËS, René. **A instituição como herança**. Mitos de fundação, transmissões, transformações. Aparecida-SP: Ideias e Letras, 2011.

ZIZEK, Slavoj. A fuga para o Real. In: **Caderno Mais**. Folha de São Paulo. Domingo, 08 de abril de 2001.